

Lutas, vitórias e derrotas do projeto nacional-desenvolvementista brasileiro

Resenha do livro

MUNTEAL, Oswaldo, VANTAPANE, Jacqueline & FREIXO, Adriano (orgs). *O Brasil de João Goulart: um projeto de nação*. Rio de Janeiro: Contraponto / Editora PUC-Rio, 2006. 250p.

Rodrigo Castelo Branco¹

É difícil imaginarmos, hoje, em tempos de apatia política, conversões ideológicas à direita e transformismo de antigas lideranças sindicais e políticas progressistas do Brasil que, nestas paragens tupiniquins, um dia ousamos construir um projeto de nação autônoma e soberana.

Até mais ou menos o término da Segunda Guerra Mundial, era corrente a defesa de idéias contrárias a uma inserção soberana e autônoma do Brasil na divisão internacional do trabalho. Enquanto teses racistas pregavam a (suposta) incapacidade laboral do povo brasileiro para o trabalho industrial, definida segundo critérios determinados pela “ciência” evolucionista européia, setores econômicos e políticos ligados às atividades primárias asseveravam a vocação agrária do país, baseada na teoria das vantagens comparativas das trocas internacionais.

No período que vai do final da Segunda Guerra até o golpe civil-militar de 1964, um grupo substantivo e heterogêneo de intelectuais e políticos delineou uma ideologia que mais tarde ficaria marcada pelo nome de *desenvolvimentismo*. Basicamente, os ideólogos ativos do nacional-desenvolvimentismo contrapunham-se à condição periférica que o Brasil ocupava no mercado mundial, tanto por força de pressões externas quanto do conservadorismo das classes dominantes nacionais.

Travava-se, desta forma, grandes batalhas ideológicas com forte impacto na política nacional, grosso modo, dividida por duas linhas de trincheiras: de um lado da contenda, tínhamos os agraristas e os conservadores, defendendo a inserção dependente e subordinada do Brasil no mercado mundial; de outro, os nacional-desenvolvimentistas postulavam a

“A covardia mental e moral no Brasil não permite movimentos de independência; ela só quer acompanhadores de procissão, que só visam lucros ou salários nos pareceres. Não há, entre nós, campo para as grandes batalhas de espírito e inteligência. Tudo aqui é feito com o dinheiro e os títulos.”
(Lima Barreto)

soberania nacional, a industrialização, a revolução democrática-burguesa e o Estado como agente público do planejamento, do desenvolvimento e do bem-estar social.

O livro *O Brasil de João Goulart: um projeto de nação*, organizado por Oswaldo Munteal, Jacqueline Ventapane e Adriano de Freixo, e lançado em bela e cuidadosa edição conjunta da Editora da PUC-Rio e da Contraponto, é uma boa tentativa de iluminar um dos breves períodos da vida política brasileira quando vigoraram regras institucionais democráticas, conquanto não se esqueça das tentativas de golpe a presidentes eleitos e conspirações de toda sorte contra Getúlio Vargas, que culminou no seu suicídio, e contra o governo progressista de Jango, que terminou no golpe civil-militar de 1964.

O livro reúne na sua maior parte, artigos escritos no calor daquelas batalhas por personagens ativas e engajadas na promoção do nacional-desenvolvimentismo no Brasil. Figuram valiosas contribuições de membros e simpatizantes do extinto Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB),

¹ Doutorando da Escola de Serviço Social/UFRJ, Membro do Laboratório de Estudos Marxistas (LEMA) José Ricardo Tauile do Instituto de Economia da UFRJ, Professor do UniFOA.

como Álvaro Vieira Pinto, Celso Furtado, Ignácio Rangel, Nelson Werneck Sodré e Roland Corbisier, além de um texto de Theotônio dos Santos sobre o modelo econômico da ditadura civil-militar, pelo qual o Brasil entrou na era do capitalismo monopolista e financeiro.

Outro ponto alto do livro, digno de nota, é a reprodução integral do histórico comício de Jango na Central do Brasil no dia 13 de março de 1964, assim como de documentos do governo brasileiro, como o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social formulado por Furtado, e as diretrizes da política externa independente brasileira, escritas e proferidas por San Tiago Dantas. O posfácio é assinado por César Benjamin, que faz um resgate histórico das correntes do pensamento social brasileiro que procuraram decifrar o enigma da esfinge brasileira, sempre disposta a devorar aqueles que tentaram entender o processo da sua formação (social, política, econômica, cultural).

A única ressalva que pode ser levantada aos textos selecionados é o artigo do professor Darcy Ribeiro, escrito em 1994. O artigo narra a história política do Brasil considerando que o devir histórico tenha uma trajetória determinada pela ação de grandes homens – no caso particular, Vargas, Jango e Brizola –, perspectiva superada desde os materialistas franceses do século XVIII, Karl Marx no século XIX e, mais recentemente, no XX, pela Escola dos *Annales* (Lucien Febvre, Marc Bloch, Fernand Braudel e outros).

Para concluir, lembramos que uma bibliografia razoavelmente consolidada na nossa tradição intelectual crítica já apontou lacunas nas formulações teóricas – por exemplo, conceber o Estado como uma instituição política da vontade geral – e certos erros de análise conjuntural dos antigos nacional-desenvolvimentistas, assim como a inviabilidade de suas estratégias políticas. Estas se fundamentaram, basicamente, na conciliação dos interesses de classe e na aposta da “burguesia nacional” como líder hegemônica do bloco de poder da revolução democrática-burguesa, em um período que o capital financeiro e as empresas multinacionais já sinalizam que o comando da economia se deslocava para outros centros de poder e tomadas de decisão que não o empresariado nacional.

Não adianta olhar o passado com ares nostálgicos ou, pior, romantizá-lo, tendo-o como uma era idílica que deve ser resgatada. Apesar da alta dose de coragem política e honestidade intelectual, algo raro hoje na *intelligentsia* brasileira, encontrada nos ideólogos do nacional-desenvolvimentismo, além é claro, da originalidade das suas interpretações da realidade brasileira e virtudes teóricas que fizeram

avançar a cultura nacional, é preciso estabelecer um diálogo crítico com esta tradição, sob pena de sucumbirmos a uma fraseologia sem sentido para os enormes desafios impostos à civilização brasileira na atual fase financeirizada e mundializada do capitalismo. Será, como diz Caio Prado Júnior, “*de um debate neste nível e categoria que surgirá afinal, em termos acertados e fecundos, a teoria que necessitamos, e necessita o Brasil, para que se estimule e se leve a bom fim a marcha dos acontecimentos no sentido revolucionário que almejamos*”